

19 de 04 de 2011  
AO EXPEDIENTE DO DIA  
PRESIDENTE



**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Casa de Epitácio Pessoa  
Gabinete do Deputado Vituriano de Abreu



**PROJETO DE LEI Nº 128/2011**

**Autor: Dep. VITURIANO DE ABREU**

*EMENTA: DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS E/OU ATIVIDADES DE PEQUENO PORTE COM BAIXO POTENCIAL POLUIDOR DEGRADADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

**Art. 1º** - Esta Lei dispõe sobre a adoção por parte do Poder Executivo Estadual de procedimentos administrativos simplificados de licenciamento ambiental para implantação e operação de empreendimentos e/ou atividades de pequeno porte com baixo potencial degradador e adota outras providências.

**Art. 2º** - Os empreendimentos e/ou atividades de pequeno porte com baixo potencial poluidor degradador que promovam a melhoria de qualidade de vida da população estão sujeitos ao licenciamento simplificado por autodeclaração junto ao órgão ambiental estadual competente, sem prejuízo do licenciamento municipal.

**Art. 3º** - O licenciamento simplificado por autodeclaração consiste em fase unificada de emissão das licenças, podendo ser concedidas por certificação digital baseada em cadastro com informações técnicas e ambientais prestadas pelo interessado e definidas em Resolução editada pela SUDEMA.

**Parágrafo único.** A concessão da licença ambiental simplificada decorrente da autodeclaração do empreendimento ou atividade como de pequeno porte com baixo potencial degradador é de responsabilidade da SERHMACT - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia.

**Art. 4º** - Ficam sujeitos ao licenciamento simplificado por autodeclaração os seguintes empreendimentos e/ou atividades:





**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Casa de Epitácio Pessoa  
Gabinete do Deputado Vituriano de Abreu



- I** - estação de tratamento de água - ETA com simples desinfecção;
- II** - sistema de abastecimento de água com simples desinfecção;
- III** - passagem molhada sem barramento de recurso hídrico, com extensão de até 100,0 m;
- IV** - habitação de interesse social com até 50,0 unidades habitacionais, respeitando-se as Áreas de Preservação Permanente;
- V** - habitação de interesse social acima de 50,0 unidades habitacionais implantadas em áreas urbanas consolidadas, respeitando-se as Áreas de Preservação Permanente;
- VI** - restauração de vias e estradas de rodagem;
- VII** - atividades de pesca artesanal;
- VIII** - atividades artesanais que não utilizem matéria prima de origem florestal;
- IX** - implantação de sistema agroflorestais e/ou práticas agroecológicas;
- X** - custeio e investimento agropecuário direcionados à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, de conformidade com a Lei Federal n.º 11.326, de 24 de julho de 2006.

**Art. 5º** - O licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos não previstas no Artigo 4º desta lei, será feito de forma simplificada quando se tratar de empreendimentos e/ou atividades de pequeno porte com baixo potencial poluidor degradador.

**Art. 6º** - Estão sujeitos ao licenciamento ambiental simplificado os seguintes empreendimentos e /ou atividades:

- I** - passagem molhada com barramento de recurso hídrico, independente de sua extensão;
- II** - passagem molhada sem barramento com extensão acima de 50,0 m.
- III** - habitação de interesse social em área urbana não consolidada, excluindo-se as Áreas de Preservação Permanente definidas em lei;
- IV** - atividade agroindustrial familiar de leite e carne;





**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Casa de Epitácio Pessoa  
Gabinete do Deputado Vituriano de Abreu



**V** - atividades artesanais que utilizem matéria prima de origem florestal;

**VI** - atividades de agroindústria desenvolvidas por agricultor familiar e empreendedor familiar rural, na forma da Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006.

Parágrafo único. A localização, implantação e operação de aterros sanitários de pequeno porte estão sujeitos ao licenciamento ambiental simplificado.

**Art. 7º** - O Governador do Estado submeterá à apreciação e aprovação do Conselho de Proteção Ambiental – COPAM as propostas dos empreendimentos e/ou atividades públicos ou privados estratégicos para o Estado.

**Art. 8º** - A licença ambiental para os empreendimentos e/ou atividades públicos ou privados, considerados estratégicos para o Estado, será emitida pelo órgão ambiental competente – SERHMACT - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, após emissão de parecer de grupo técnico multidisciplinar e sua aprovação pelo COPAM.

**Parágrafo Único** - Cabe ao COPAM, por meio de resolução, estabelecer os procedimentos para a constituição e funcionamento dos grupos técnicos multidisciplinares previstos no caput deste artigo.

**Art. 9º** - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a editar os atos normativos que se fizerem necessários à fiel execução desta Lei.

**Art. 10** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11** - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa, Sala das Sessões, 08 de abril de 2011.

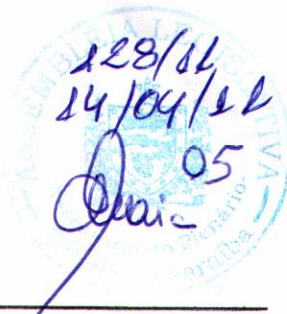
  
**ANTONIO VITURIANO DE ABREU**  
Deputado Estadual





**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Casa de Eptácio Pessoa  
Gabinete do Deputado Víturiano de Abreu



**JUSTIFICATIVA:**

O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão competente licencia a localização, instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma possam causar degradação ambiental.

O presente Projeto de Lei tem como objetivo disciplinar os procedimentos administrativos de forma simplificada de licenciamento ambiental em situações de interesse social, possibilitando o desenvolvimento de obras e atividades de relevância **com celeridade e eficiência**.

É público e notório que a burocracia é a marca rochosa de um Estado que não valoriza a eficiência e a celeridade dos seus procedimentos.

As análises dos procedimentos de concessão do licenciamento ambiental são demoradas e, em muitos casos, tem prejudicado a sociedade, beneficiária de inúmeras ações governamentais.

Os procedimentos para concessão de licenças precisam urgentemente de reformulação. Sabemos que a missão não é fácil, mas a situação deve ser enfrentada com propostas viáveis e necessárias no sentido de se implementar soluções que agilizem a concessão de licenças ambientais, sem, porém, ferir as normas e leis vigentes.

Quem sabe estamos começando a quebrar alguns paradigmas cristalizados e desnecessários. O que está em jogo é o desenvolvimento do nosso Estado, o que vale dizer, a qualidade de vida dos paraibanos.

Sabemos que muitos prefeitos esperam, sem prazo definido, a concessão, por parte da SUDEMA, do licenciamento de obras públicas que atenderão as necessidades da população.





**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Casa de Eptácio Pessoa  
Gabinete do Deputado Vituriano de Abreu

128/11  
24/04/11  
06  
J. V. de Abreu

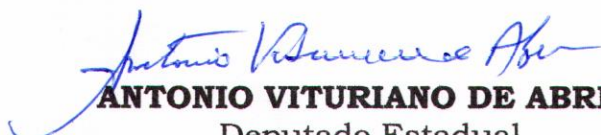
Nos dias atuais, o procedimento legal de licenças ambientais deve ser mais otimizado, pois o empreendimento e o desenvolvimento econômico podem ser afetados pelas discrepâncias e falhas da lei que o regulam, não podendo fazer prevalecer, portanto, a burocracia, senão estaríamos proliferando a idéia de que o desenvolvimento sustentável é ruim para a economia.

Devemos buscar sempre a otimização, a eficiência, a celeridade da máquina estatal, todavia, respeitando o meio ambiente ecologicamente equilibrado, a evolução social tem que se educar e se qualificar para atender os desafios do novo modelo de desenvolvimento, a sustentabilidade dos recursos naturais, a fim de aprimorar seus procedimentos e também seus cidadãos, particulares e públicos, para a oxigenação do desenvolvimento econômico eticamente correto com a proteção ambiental. A burocracia, a falta de controle e qualificação não podem ser óbices ao desenvolvimento sustentável.

O licenciamento ambiental que deveria ser um procedimento de solução de problemas, se transformou em um problema sem solução com prazos definidos, onde os estudos são intermináveis, complexos e com intervenções técnicas algumas vezes questionáveis tanto por parte dos órgãos governamentais quanto das empresas privadas.

Cabe a nós combatermos os males do sistema.

Assim sendo, objetivando levar a efeito este pleito, cumpre-me contar com o apoio de meus distintos Pares, com a deliberação favorável a sua aprovação.

  
**ANTONIO VITURIANO DE ABREU**  
Deputado Estadual



**PEDIDO DE VISTA**

Concedido ao Deputado:  
Pereira Tanaka  
Em 19/04/11  
Horas: 11 min:  
Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA**

**SECRETARIA LEGISLATIVA**



**REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS  
SUJEITAS À APRECIACÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS**

Registro no Livro de Plenário  
Às fls. 128 sob o nº 128  
Em 24/04/2011  
Magaly Maia  
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão  
Ordinária do dia 19/04/2011  
Magaly Maia  
Div. de Assessoria ao Plenário  
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência  
e Controle do Processo Legislativo  
Em, 19/04/2011  
Magaly Maia  
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa  
No dia 19/04/2011  
Magaly Maia  
Departamento de Assistência e Controle  
do Processo Legislativo

À Comissão de Constituição, Justiça e  
Redação para indicação do Relator  
Em      /      / 2011.  
\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa  
Secretário

Publicado no Diário do Poder Legislativo  
no dia      /      / 2011  
\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa  
Secretário

Assessoramento Legislativo Técnico  
Em      /      / 2011  
\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa  
Secretário

Designado como Relator o Deputado  
José Maria Cavalcanti  
Em 19/04/2011  
\_\_\_\_\_  
Deputado  
Presidente

Apreciado pela Comissão  
No dia      /      / 2011  
Parecer       
Em      /      /  
\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa

Aprovado em (      ) Turno  
Em      /      / 2011.  
\_\_\_\_\_  
Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de  
Plenário a Presente Propositura consta  
(      ) Pagina (s) e (      )  
Documento (s) em anexo.  
Em      /      / 2011.  
\_\_\_\_\_  
Funcionário



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



**PROJETO DE LEI Nº. 128/2011.**

Dispõe sobre a adoção de procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para implantação e operação de empreendimentos e/ou atividades de pequeno porte com baixo potencial poluidor degradador e dá outras providências.

**AUTOR** : Dep. Vituriano de Abreu.

**RELATOR**: Dep. Janduhy Carneiro

**P A R E C E R** 174/11

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no âmbito de sua competência reservada, recebe para apreciação e emissão de parecer o **Projeto de Lei nº 128/2011**, da lavra do ilustre Deputado Vituriano de Abreu, o qual Dispõe sobre a adoção de procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para implantação e operação de empreendimentos e/ou atividades de pequeno porte com baixo potencial poluidor degradador e dá outras providências.

A proposta legislativa em apreço constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 19 de abril de 2011.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



## II - VOTO DO RELATOR

Apreciando tecnicamente a iniciativa parlamentar do ilustre Dep. Vituriano de Abreu, reitero a competência dessa Comissão em analisar a admissibilidade constitucional, juridicidade e técnica legislativa apresentadas com a proposição. Diante disso, paço a proferir a análise da proposição com o respectivo voto.

O objetivo da proposição sob apreço é Dispor sobre a adoção de procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para implantação e operação de empreendimentos e/ou atividades de pequeno porte com baixo potencial poluidor degradador e dá outras providências.

Entendo, pois, tratar-se de iniciativa que, apesar de louvável em sua intenção, foge a competência do parlamento, haja vista que, conforme dispõe o Art. 63º, §1º, inciso II, e) da Constituição Estadual, é vedado ao parlamentar dispor sobre matérias da prerrogativa reservada ao executivo, haja vista não poder o deputado, à luz da Constituição, dar atribuições a Secretarias de estado e órgãos da administração pública", tal qual dispõe o projeto sob apreço, o qual visa de forma redundante, impor à administração uma competência que já lhe pertence.

Diante de tais argumentos, não cabe ao ilustre deputado iniciar o processo legislativo sobre a matéria em apreço, a qual, entendo, é matéria exclusiva do executivo.

Ante ao exposto, verifico que a proposição fere princípio constitucional por erro formal de iniciativa, tal qual referido na argumentação apresentada.

Nestes termos, após retida análise da matéria, o voto é pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei nº 128/2011.

É o voto.  
Sala das Comissões, em 02 de junho de 2011.

**DEP. JANDUHY CARNEIRO**  
**RELATOR**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



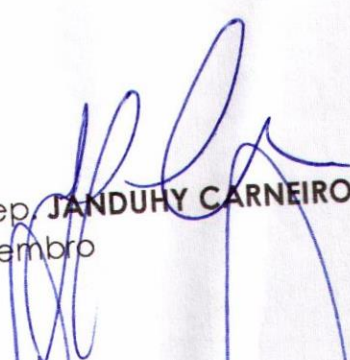
**III – PARECER DA COMISSÃO**

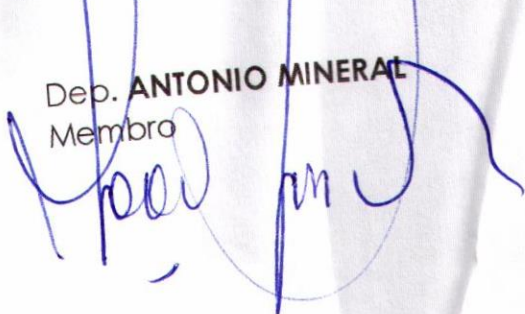
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acosta-se ao voto da relatoria, pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei nº 128/2011.

Sala da Comissão, em 02 de junho de 2011.

  
Dep. **LINDOLFO PIRES**  
Presidente

  
Dep. **LÉA TOSCANO**  
Membro

  
Dep. **JANDUHY CARNEIRO**  
Membro

  
Dep. **ANTONIO MINERAL**  
Membro

**Voto Contrário**

Ao Parecer do Relator  
Dep. **FRANCISCA MOTTA**  
Em 14/06/2011  
Membro

  
DEPUTADO

**Voto Contrário**

Ao Parecer do Relator  
Dep. **DANIELLA RIBEIRO**  
Em 14/06/2011  
Membro

  
DEPUTADO

**Voto Contrário**

Ao Parecer do Relator  
Dep. **RANIERY PAULINO**  
Em 14/06/2011  
Membro

  
DEPUTADO

Apreciada Pela Comissão  
No Dia 14/6/11